

MEIOS DE CONSUMO COLETIVOS X POLITICAS PÚBLICAS: PARQUE DO SOL – ADAMANTINA – SP¹.

Claudia Marques Roma²

Introdução

Nossa pesquisa compreende a análise das forças sociais que levam a desigualdades no espaço urbano, identificando o papel do poder público neste processo, a partir das decisões relativas à implantação dos meios de consumo coletivo, em Adamantina-SP, cidade de pequeno porte localizada na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Nossa área de pesquisa foi definida após trabalho de campo em três bairros: (Jardim Adamantina, Jardim Brasil e Parque do Sol), quando listamos as principais características de cada uma delas. Assim, percebemos que o Parque do Sol, entre as três áreas residenciais analisadas, era a mais desprovida de meios de consumo coletivo e aquelas em que seus moradores encontravam-se com maiores dificuldades de acesso aos bairros mais centrais dotados de equipamentos e serviços urbanos.

Temos a preocupação de contemplar, na análise, as relações entre melhores condições de vida, percepção dos moradores acerca da problemática posta, falta de meios de consumo coletivo e o papel e as relações do Poder Público Municipal, mostrando que as desigualdades socioespaciais derivam, não apenas das diferenças socioeconômicas definidas no âmbito da sociedade, mas também decorrem das condições de vida existentes no lugar onde cada um habita.

Muitas vezes, devido a esta segregação socioespacial, as pessoas são submetidas a viverem desprovidas dos meios de consumo coletivo afetando, desta forma, suas condições de vida. Destacamos este ponto, porque, o acesso aos meios de consumo coletivo é imprescindível para a vida na cidade.

É comum ouvirmos dizer que os problemas urbanos estão concentrados nas metrópoles e, em nossos levantamentos bibliográficos, notamos uma enorme carência de estudos que retratem as cidades pequenas, uma vez os pesquisadores estão mais voltados à análise das grandes metrópoles, onde os problemas, por serem mais intensos, são amplamente estudados, mas as cidades pequenas não estão isentas destes problemas,

¹ Pesquisa financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) e orientada pela Professora D. Maria Encarnação Beltrão Sposito, mebsposito@prudenet.com.br, apresentação na forma de painel.

² Universidade Estadual Paulista/FCT, marquesroma@yahoo.com.br

pois, sofrem reflexos diretos das grandes metrópoles e resultam das mesmas formas de produção do espaço urbano que geram esses grandes aglomerados.

No presente trabalho faremos uma discussão referente à importância dos meios de consumo coletivos na vida das pessoas, à mobilidade dos moradores na cidade para usufruírem dos equipamentos e serviços urbanos e ao papel do poder público tanto no que tange à implantação e distribuição dos meios de consumo coletivo como no que se refere à relação que exerce junto à população.

Os meios de consumo coletivos, as pessoas e o bairro

O bairro denominado hoje de Parque do Sol teve sua origem em 1956, como Vila Jamil de Lima, da qual, em 1990, foi desmembrado. Não se trata, portanto, de uma área residencial recém-implantada. No entanto, seus moradores estão submetidos a acentuada carência de meios de consumo coletivo, nos termos expostos neste item do texto, fato que os submete a dinâmicas e processos socioespaciais como pretendemos demonstrar.

Os meios de consumo coletivos disponíveis ou não para a população são um indicador que pode ou não revelar segregação socioespacial, pois tem forte peso sobre as condições de vida³ das pessoas, principalmente para os segmentos de baixo poder aquisitivo que dependem de sua existência e de seu bom funcionamento.

Adotamos o conceito de segregação socioespacial, e não segregação social, residencial, urbana ou espacial, pois pensamos que as relações sociais, econômicas e culturais estão inseridas em um dado espaço e são, também, por ele determinadas. Em nosso estudo, este espaço denomina-se Parque do Sol e nele realizam-se relações e interações sociais. Desta forma, temos no âmbito desta dinâmica; espaço ↔ sociedade, segundo a qual, o espaço cria condições para a vida, transformando o homem e suas relações sociais, como o homem, por meio de suas relações sociais, (re) configura continuamente o espaço.

Os meios de consumo coletivo (tais como: escola, creche, área de lazer, centro comunitário, serviço de atendimento à saúde, transporte coletivos, infraestrutura) são imprescindíveis para as vidas das pessoas, principalmente para a população de segmento de

³ Neste trabalho para apreendermos o nível de condições de vida estamos nos utilizando como referência da presença ou não de meios de consumo coletivo. Preferimos nos referir a melhores condições de vida do que adotarmos o termo qualidade de vida, pois pensamos que a qualidade de vida é muito mais abrangente e não se reduz às condições de vida em meios urbanos, uma vez que se adquire- agregando vários fatores. Assim, ao termos com base empírica de nossa pesquisa meios de consumo coletivo, não podemos nos referir a qualidade de vida, mas sim que estes levam a melhorias das condições de vida que juntamente com outros fatores pode caracterizar a qualidade de vida. Para saber mais sobre o assunto consultar. KEINERT, Tânia mezzomo; KARRUZ, Ana Paulo, **Qualidade de Vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablune: Fapesp, 2002, 207p.

baixo poder aquisitivo que, para suprir suas necessidades, depende exclusivamente dos equipamentos e serviços públicos.

Os moradores do Parque do Sol, em sua grande maioria, são de segmentos de baixo poder aquisitivo e como podemos observar, na tabela 1, não contam com os equipamentos e serviços urbanos em seus espaços residenciais, o gera uma diminuição de suas condições de vida, pois para terem acesso a médicos, creches entre outros, precisam deslocar-se do bairro.

Tabela 1

Adamantina – Parque do Sol.

Meios de Consumo Coletivo

2004

MEIOS DE CONSUMO COLETIVO				
	Existência no bairro		Outro bairro onde obtém o serviço (a)	Meios de locomoção (b)
	Sim	Não		
Hospital		X	Vila Cicma Outra Cidade	A pé Condução Própria
Posto de Saúde		X	Vila Jardim Vila Cicma	A pé Condução Própria
Médico		X	Vila Jardim Vila Cicma	A pé Condução Própria
Dentista		X	Vila Jardim Vila Cicma	A pé Condução Própria
Creche		X	Jardim Brasil Jardim Paulista	A pé Transporte Coletivo
Telefone Público	X		-	-
Igreja		X	Centro Vila Jardim	A pé Condução Própria
Comércio Alimentar		X	Centro Inúbia Paulista – SP.	A pé Condução Própria
Estabelecimentos Comerciais (c)		X	Centro Lucélia – SP.	A pé Condução Própria

(a) Os dois mais citados.

(b) Idem.

(c) Confecções – calçados – armarinhos e etc...

Fonte: Trabalho de Campo, 2003. Org.: Cláudia Roma Marques

Adamantina, conta com um hospital que atende a população de toda região, inclusive os moradores do Parque do Sol. No que diz respeito a consultas gerais, farmácia, dentistas etc. as pessoas utilizam-se dos postos de saúdes e os moradores do Parque do Sol

precisam locomover-se até a Vila Jardim ou ao Posto Central da Vila Cicma para realizarem suas consultas, assim, dificultando muito o acesso desta parcela da população aos serviços de saúde. Pensamos que seria necessário a instalação de um posto de atendimento rápido no Parque do Sol, já que sua população não absorve a demanda de um posto de saúde com todos os serviços, o posto de atendimento rápido servia para medir pressão, pesar crianças, locomover os doentes até outros pontos de atendimento.

A maioria dos moradores do bairro precisa deslocar-se para outras localidades todos os dias para trabalharem, assim, as mães tendem a deixar seus filhos em creches e como no Parque do Sol não há creches torna-se para elas muito difícil trabalhar. As crianças são deixadas com parentes ou vizinhos e, como observamos, ficam praticamente o dia todo na rua. A construção de uma creche facilitaria a saída das mulheres para o trabalho e também as crianças passariam a frequentar um local onde encontrariam mais segurança.

Outro fator a ser apontado é a falta de uma área de lazer e de um centro comunitário, e no bairro não encontramos estes dois equipamentos. A área de lazer possibilitaria uma maior integração social entre as pessoas, além de ser uma ótima forma de prevenir possíveis doenças, em função de oportunidades que se ofereceriam à prática de esportes. No centro comunitário, os moradores poderiam realizar cultos religiosos, festas e reuniões inclusive para discutirem os problemas do bairro. O presidente da associação dos moradores nos relatou que a falta de um espaço para reuniões com a comunidade faz com que a relação associação de moradores X moradores, seja vista somente como assistencialista e não uma associação que pode ajudar a população a se posicionar frente as decisões tomadas pelo Poder Público Municipal.

Podemos nos perguntar por que, no bairro, não há uma área de lazer, sendo que ela é uma área institucional que deveria ser deixada pelo incorporador, no momento da implantação do loteamento.

Nos anos de 1951/52 no Governo de Jânio Quadros houve uma desapropriação de terras desde o município de Marília até Panorama para a construção da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros. Esta desapropriação e a implantação da rodovia levou a Vila Jamil de Lima a ficar dividida em duas partes: de um lado, a parcela do loteamento que agora se denomina Parque do Sol e, do outro, ficou o restante da Vila Jamil de Lima. No período da construção da Rodovia os lotes estavam sendo negociados, pessoas já residiam na área que hoje é Parque do Sol e, mesmo depois da construção, continuaram vendendo os lotes como se o loteamento fosse um só (Vila Jamil de Lima).

A aprovação desse loteamento pela Prefeitura Municipal foi realizada em 1956, isto nos aponta, que o incorporador já havia vendido boa parte dos lotes e a Rodovia já havia sido construída. Quando a Prefeitura aprovou o loteamento, em 1956, supõe-se que tenha

havido uma vistoria dos técnicos responsáveis, na época, pela averiguação relativa às normas legais urbanas, como por exemplo, a definição de área institucional no loteamento. Segundo entrevista com o vereador Contieiro, esta área institucional foi deixada pelo incorporador na parte que ficou como Vila Jamil de Lima e, por este motivo, o Parque do Sol não tem esta área institucional.

Em 1990, devido a forte mobilização dos moradores, foi realizado o desmembramento da Vila Jamil de Lima, e assim, “criou-se” o Parque do Sol. Deste, então, a associação dos moradores vêm lutando para a aquisição de uma área de lazer. No bairro existem 72 terrenos vazios, mas a Prefeitura alega não haver áreas disponíveis para esta área de lazer. Alguns dos terrenos estão vazios desde a implantação do loteamento e, até os dias de hoje, não houve qualquer ação por parte do Poder Público Municipal para a solução deste problema.

Na Constituição Federal de 1988, artigo 182, temos: *“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes”*. No inciso I, II, III, ela aponta alguns meios para que passa haver a efetivação da lei. Inciso I, *“parcelamento ou edificação compulsórios”*; II, *“imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo”*; III, *“desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais”*.

Através do cumprimento da lei a função social dos terrenos passaria a ser realizada e as demandas do Parque do Sol poderiam ser alcançadas.

No que tange à infraestrutura e serviços urbanos como rede de água e esgoto, coleta de lixo e iluminação pública o bairro tem um bom atendimento. No que se refere à pavimentação das vias, há ruas com asfalto e outras sem.

No Parque do Sol, encontramos quatro equipamentos coletivos, dentre estes, três telefones públicos e um barracão mantido pelo Banco do Brasil, que fornece almoço para as crianças, este não pode ser usado pela população em geral.

O transporte coletivo poderia amenizar esta situação, no entanto, na forma como é oferecido, acentua-se o problema, pois a linha que serve o bairro circula em, apenas, três horários, sendo que aos sábados, domingos e feriados não há circulação, aumentando ainda mais a separação e a dificuldade de locomoção dos moradores.

Além dos equipamentos e serviços que apontamos, existe no bairro outras demandas, como uma passarela sobre a Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, para

fazer de forma mais segura para os pedestres a ligação entre o bairro e o restante da cidade, também podemos apontar sinalização de trânsito entre outras.

Muitas vezes na implantação de um loteamento principalmente por parte do poder público, percebe-se a falta de equipamentos e serviços básicos necessários para que a população que estará sendo que mora neste loteamento possa ter a garantia de boas condições de vida.

Assim, nota-se que o Parque do Sol é um bairro desprovido dos meios de consumo coletivos, a população com certas limitações percebe que a falta de escola, creche, área de lazer, centro comunitário, equipamentos de saúde, asfalto e ainda uma precária acessibilidade aos equipamentos e serviços públicos instalados em outras localidades, afeta suas condições de vida.

Algumas pessoas não estabelecem relações entre a falta de infraestruturas, equipamentos e serviços e a responsabilidade que o poder público tem em oferecer os meios de consumo coletivos. Podemos perceber que ainda justificam a falta de atenção do poder público, com argumentos como “prefeito tem de cuidar da cidade toda, assim, não dá para implantar equipamentos e serviços em todos os bairros”, Esta parcela da população raramente questiona, por que, em alguns bairros, há os equipamentos e serviços públicos e no Parque do Sol não os há.

O isolamento, o afastamento e a separação

O Parque do Sol é um bairro que se localiza além da rodovia, tomando-se como referência o centro, ficando desta forma afastado tanto dele como dos principais meios de consumo coletivos utilizados por sua população, que estão localizados em bairros mais centrais. A separação em que se encontram do restante da cidade, em função da barreira representada pela rodovia, vem agravar a situação de isolamento do bairro, diminuindo as condições de vida de seus moradores.

Este afastamento do Parque do Sol poderia ser caracterizado como segregação socioespacial?

Sposito (1996, p. 72) frisa que:

Etimologicamente, o termo segregação refere-se ao ato ou efeito de segregar (-se), e o verbo segregar tem diferentes significados dentre os quais interessariam para nossa discussão os seguintes: 1. separar, marginalizar: 2. desligar, afastar, isolar.

O bairro encontra-se desde 1956, até os dias de hoje, separado, afastado e isolado do restante da cidade tanto fisicamente como na percepção que seus moradores têm dele. O baixo grau de mobilidade destes decorre da distância ao centro e é reforçado pela barreira física representada pela Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, barreira esta que cria, na percepção que a população tem do espaço urbano de Adamantina, a idéia de separação em relação à cidade.

Quando perguntamos aos entrevistados na pesquisa sobre o bairro, pudemos perceber, por suas respostas, como é vista esta separação a que estamos nos referindo. Pois os entrevistados utilizavam-se da expressão “lá na cidade”, assim, estão, dizendo que não fazem parte da cidade e este é um sentimento que demonstra uma visão de separação da cidade, sentimento este que certamente foi produzido pela dificuldade que sente de ir à área central.

Nas falas dos moradores, percebemos vários pontos que nos permitem reafirmar o afastamento, o isolamento, o desligamento do bairro em relação ao restante da cidade. Quando compraram os lotes escolheram o local por ser mais afastado, mas não previam que estariam isolados e quando isto ocorreu sentiram que deveriam fazer parte do outro pedaço da cidade, sentiram-se prejudicados, pois gostariam de estarem mais perto do centro e a rodovia tirou a “proximidade” em relação à cidade. Sentem que a rodovia trouxe ao bairro um certo preconceito, uma discriminação por serem os únicos a estarem fora da cidade e, ainda, para eles, a rodovia trouxe o abandono para o bairro, pois as benfeitorias públicas não conseguiam ultrapassar a barreira representada pela rodovia. O processo de desmembramento poderia ter amenizado essa problemática, mas este foi realizado apenas no papel.

Os segmentos de baixa renda são, de seu ponto de vista, segregados involuntariamente, ou seja, diferentes processos e diferentes agentes podem impor essa segregação socioespacial, que se revela na cidade. Sposito (1996, p. 74) entende:

Segregação como um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz a fragmentação do espaço urbano.

Neste contexto, conseguimos melhor entender o que significa afastar, marginalizar e desligar. Sposito afirma que a segregação leva a uma diferenciação tão extrema que rompe a comunicação entre as pessoas. Em relação ao Parque do Sol esta situação não se configura, mas já podemos perceber uma segmentação do espaço urbano, tanto no plano

físico concreto, como na forma como as pessoas percebem a parte (o bairro) em suas relações com o todo (a cidade).

Esses apontamentos nos levam a refletir e questionar vários pontos. Que tipo de unidade espacial havia em 1956, quando o loteamento foi implantado? Será que a rodovia, de fato, interceptou esta unidade? Ou será que, desde 1956, mesmo antes da implantação da rodovia, esta segregação socioespacial já estava delineada?

O Parque do Sol não contém os meios de consumo coletivo e encontra-se distante dos existentes em outras localidades, desta forma, como apontamos anteriormente podemos dizer que a falta dos meios de consumo coletivo é um indicador de segregação socioespacial, a segregação socioespacial da população de segmento de baixa renda resulta, também, da ação do Estado como dos agentes imobiliários. CASTELLS (1975, p. 70).

No interior de cada setor e de cada municipalidade, operam-se novas divisões, que desenham no espaço a estratificação social e acrescentam-lhes novas disparidades em tudo que diz respeito ao equipamento coletivo, dado à discriminação que preside à escolha destes equipamentos.

É possível dizer que a segregação socioespacial dos moradores é resultado das desigualdades sociais expressas no espaço urbano, mas também determinada pela forma como esse espaço se estrutura e nele se distribuem os diferentes usos de solo urbano. Muitas vezes, devido a esta dinâmica, as pessoas são submetidas a viverem desprovidas dos meios de consumo coletivo, desta forma, afetando tanto sua integridade física, quanto social.

Koga (2003) aponta que os espaços devem ser dotados dos equipamentos e serviços urbanos, pois, desta forma, as pessoas passariam a viver e conviver em seu território fortalecendo o grau de pertencimento ao lugar.

Assim, com a instalação dos equipamentos coletivos e o fortalecimento dos serviços prestados no Parque do Sol, seus moradores poderiam criar e intensificar uma vivência e convivência neste espaço, pois, sem os meios de consumo coletivo estas pessoas estão convivendo em um espaço, no qual, mantêm poucas relações, somente às advindas da condição de habitar o bairro, em seu sentido mais restrito, porque precisam deslocar-se do bairro para realizarem todas as atividades e necessidades (como: trabalhar, estudar, utilizar-se de serviços médicos, de creches, freqüentar cultos religiosos, utilizar-se de áreas de lazer, comércio entre outras atividades). No caso do Parque do Sol, ainda encontramos uma certa

vivência devido Adamantina ser uma cidade pequena e as relações sociais entre vizinhança serem mais intensas comparativamente ao observado nas cidades médias e grandes, bem como nas metrópoles. Mas a falta desses equipamentos não permite que haja uma integração entre os moradores e o bairro, isto barra a formação de um sentimento de pertencimento, de identidade com o seu local de habitação. Este fato dá-se devido não haver uma integração entre as pessoas, por exemplo, em um jogo de futebol, uma reunião religiosa, não possibilita maiores discussões políticas em torno de melhoria e luta para e pelo seu espaço.

O poder público municipal tem um grande papel neste cenário ele pode agravar o sentimento de diferenciação e não pertencimento que a população do Parque do Sol tem em relação a outros bairros e a cidade como um todo, como vem fazendo. Ou pode amenizar as questões postas através de um planejamento territorial que vise diminuir as desigualdades socioespaciais.

A mobilidade

Os deslocamentos intra-urbanos da população do Parque do Sol ocorrem, freqüentemente, pois estes moradores necessitam deixar do bairro para terem acesso aos meios de consumo coletivo distribuídos por vários pontos da cidade. Entretanto, nem sempre o grau de mobilidade deles é grande, devido à distância que se encontram da cidade e ao isolamento a que estão submetidos, tendo em vista a barreira representada pela rodovia que os separa do restante da cidade.

A população do Parque do Sol tem acesso aos meios de consumo coletivo existentes na cidade, mas a utilização destes por esta população é relativa. Os dados coletados e analisados permitem-nos realizar esta afirmação, pois a população utiliza-se muito pouco das áreas de lazer, os idosos não freqüentam a escola, as idas ao médico diminuíram devido à dificuldade de acesso e as crianças não freqüentam creche devido às dificuldades de locomoção. Assim, concluímos que se no Parque do Sol existissem os equipamentos e serviços, a população passaria a ter um acesso a estes de forma mais plena.

Além da precariedade de acesso, devido à distância em que o bairro se encontra em relação aos meios de consumo coletivo, a carência de transporte coletivo, que poderia se utilizado predominantemente pela população, fortalece esta dificuldade, como os dados das tabelas 2 e 3 denotam.

Tabela 2

Adamantina - Parque do Sol

Meio de locomoção**2004**

Principais meios de locomoção utilizados pela população		
Meio locomoção	Nº	%
A pé	68	63,6
Condução Própria	12	11,2
Bicicleta	6	5,6
A pé / Transporte Coletivo	6	5,6
Transporte Coletivo	5	4,7
A pé / Condução Própria	3	2,8
A pé / Bicicleta / Condução Própria	2	1,9
Transporte Coletivo / Outros	2	1,9
Transporte Coletivo / Condução Própria	1	0,9
A pé / Bicicleta	1	0,9
Outros	1	0,9

Fonte: Trabalho de campo, 2003.

Tabela 3**Adamantina – Parque do Sol****Meio de locomoção – quilômetros – Tempo gasto****2005**

Meios de locomoção, quilômetros e tempo gastos de população do Parque do Sol⁴							
Meios de locomoção	Km 1,6	Km 1,6	Km 3,4	Km 3,3	Km 1,5	Km 2,1	Km 2,0
	Igreja N. Sra Fátima	P. de Saúde V. Jardim	Santa Casa	P. de Saúde Central	Praça dos Patos/ Rodoviária	Centro	Igreja Santo Antônio
A pé	25min.	25min.	48min.	45min.	24min	33min.	31min.
Veículo Automotivo	6min	6min.	12min.	11min.	5min.	4min.	3min.
Bicicleta	7min.	7min.	17min.	16min.	11min.	5min.	4min.
Transporte coletivo	--	--	--	9min.	4min.	6min.	--

⁴ A quilometragem e o tempo são medidos a partir do Parque do Sol aos equipamentos e serviços citados.

Fonte: Trabalho de campo, 2005.

A forma de locomoção mais utilizada pela população do Parque do Sol é a pé. Entre os entrevistados (63,6%) deslocam-se somente dessa forma e ainda este meio de locomoção aparece juntamente com outros, ou seja, pessoas que utilizam-se de mais de um meio de locomoção, como a pé, bicicleta e condução própria. Se cruzarmos a tabela 2 e 3, observaremos que esta população, para ter acesso aos equipamentos e serviços urbanos locomovendo-se a pé, tem um dispêndio de tempo de 25 a 48 minutos, isto para percorrerem 1,6 a 3,4 quilômetros, sendo que de veículo automotivo este diminuiria para 7 a 17 minutos.

Em segundo lugar, encontramos as pessoas que se locomovem de condução própria (11,2%). Em terceiro lugar, temos a bicicleta, que é o meio de transporte utilizado por (5,6%). Observamos que a utilização do transporte coletivo como única opção aparece em quinto lugar, com (4,7%), e este também é utilizado juntamente com outros meios de locomoção, mas ainda assim, verificamos uma pouca procura por esse serviço.

Este quadro não se modifica, quando o meio de transporte é analisado em sua relação com a razão pela qual o deslocamento é feito.

Para locomover-se até o Hospital que se localiza 3,4 quilômetros do Parque do Sol, (43,0%) dos entrevistado vão a pé, e despendem 48 minutos para chegarem ao local, (22,4%) vão de condução própria e gastam 17 minutos. Para irem até o posto de saúde (68,3%) locomovem-se a pé; se forem ao posto da Vila Jardim que se localiza a 1,6 quilômetros do bairro demoram 25 minutos; para se utilizarem do posto central percorrem 3,3 quilômetros em 45 minutos; (14,0%) e de condução própria para o posto da Vila Jardim despendem 6 minutos e para se utilizarem do posto central 33 minutos. Para irem ao dentista (65,4%) dos moradores do bairro vão a pé e (12,2%) de condução própria, e segue a mesma lógica de distância e tempo, pois se utilizam dos dentistas disponível nos postos de saúde.

No que se refere aos deslocamentos até a creche, entre os entrevistados, apenas um utiliza-se da creche municipal e esta pessoa locomove-se a pé. Entre os que freqüentam a igreja, (59,8%) vão a pé e (16,8%) de condução própria. Para o abastecimento alimentar, (58,9%) vão a pé e (21,5%) de condução própria e para o acesso ao comércio de confecções, armarinhos e calçados temos a mesma distribuição proporcional dos meios utilizados para os deslocamento: (66,4%) a pé e (14,0%) de condução própria. A distância e o tempo gastos para estes pontos estão contidas na tabela 3.

Como a população desloca-se, predominantemente a pé, esta forma também aparece em primeira posição para cada serviço e equipamento coletivo destacado na

pesquisa. Isto nos demonstra que esta parcela da população está sem possibilidades de utilizar-se de outros meios de locomoção.

Na tabela 3, percebemos que o tempo gasto de transporte coletivo para os moradores terem acesso, por exemplo, ao posto de saúde central é de 9 minutos menos que de condução própria que demorou 11 minutos. Mas mesmo, assim, os moradores pouco se utilizam deste meio de locomoção.

Deduzimos que a população locomove-se mais a pé devido o sistema de transporte coletivo oferecido no bairro não ser eficiente tanto no que tange a horários como no que se refere ao preço da tarifa não estar de acordo com as condições econômicas da população. Desta forma, a população passa a procurar os serviços e equipamentos da cidade a pé, fato que aumenta a dificuldade de acesso ao conjunto da cidade, tornando-o mais relativo e diminuindo as condições de vida da população.

Verifica-se que a forma de acessibilidade da população do Parque do Sol em relação a outras partes da cidade diferencia-se dentro do próprio bairro. Os idosos utilizam-se muito pouco dos espaços da cidade; eles se locomovem quando por situações de extrema necessidade e, principalmente, para obterem os serviços da área de saúde. Já os jovens têm uma mobilidade muito maior entre os espaços, pois, para eles, as barreiras existentes, como a falta de transporte, são facilmente ultrapassadas, uma vez que podem ir a pé ou de bicicleta, fato semelhante ao que ocorre com as pessoas que têm condução própria diferentemente das que não possui. A acessibilidade diferencia-se como percebemos de pessoa para pessoas, isto, dependendo das condições econômicas, sócias, culturais, históricas que estão inseridas.

Como destacamos, sabemos que a acessibilidade da população ao conjunto da cidade como um todo é de extrema importância, principalmente nos dias de hoje, nos quais as pessoas não são auto-suficientes e necessitam de um considerável número de equipamentos e serviços, isto, tanto no âmbito da alimentação, vestuário, saúde, educação, cultura, lazer entre outras tantas relações de sociabilidades.

O Poder Público Municipal, as políticas públicas e a população.

Uma dinâmica muito interessante de ser analisada neste trabalho é à atuação do Poder Público Municipal no que diz respeito às decisões de implantação e distribuição dos equipamentos e serviços públicos.

Observando nossa área de estudo e as entrevistas realizadas com os vereadores e prefeito da cidade de Adamantina, pudemos perceber, que a distribuição e implantação dos meios de consumo coletivo vem sendo feita de forma pouco comprometida socialmente,

sem levar em consideração as necessidades da população principalmente as de baixo poder aquisitivo.

Na prefeitura de Adamantina, não há uma Secretaria de Planejamento na qual as carências e necessidades dos moradores sejam levantadas e levadas em consideração, desta maneira, as benfeitorias vão sendo realizadas de acordo com a Secretaria de Obras e, como nos apontou o prefeito, isso ocorre segundo a visão de técnicos.

O vereador Contieiro relatou que o bairro não irá crescer mais, devido à topografia de seu sítio urbano. Seu discurso estava centrado no crescimento populacional e, em nenhum momento referiu-se a um possível crescimento ou desenvolvimento econômico e cultural que os moradores possam ter, ou seja, o poder público realiza as benfeitorias públicas computando o número de votos que poderá obter na próxima eleição. As poucas benfeitorias que fazem como, por exemplo, um pouco de asfalto, a cada quatro anos, já é suficiente para cativar a população que esta residindo no local.

O Poder Público Municipal vê o Parque do Sol, como um bairro que melhorou muito. Realmente, o bairro, nos últimos anos, teve melhorias no que diz respeito à iluminação pública, nome de ruas e também uma parte das vias foram asfaltadas. As benfeitorias apontadas ajudam a melhorar as condições de vida dos moradores, mas sabemos que muitas outras como: creches, área de lazer, posto de atendimento a saúde, escolas, centro comunitário e transporte coletivo são essenciais e estas desde 1956 ainda não foram realizadas.

As cidades pequenas têm em seus espaços características muito peculiares, e um ponto importante para nosso estudo é a relação do poder público municipal com a população. A relação do poder público com a população e com a associação de moradores é baseada na amizade, no compadrio, nas relações informais.

O prefeito e os vereadores mantêm uma relação muito próxima com as pessoas, eles atendem nas festas, na rua, em casa as tratam como se fossem velhas conhecidas. Não estamos querendo dizer que as relações pessoais entre população e poder público não devam existir, ao contrário, o poder público deve estar sempre pronto a ouvir e atender as demandas da população. No entanto, a população a partir do momento que cria estes laços de amizade perde a coragem de realizar as cobranças necessárias.

O poder público mantém um sistema de favor com a população através das obras que realiza. Podemos observar claramente este fato no Parque do Sol quando o prefeito “deu” o asfalto, assim, ele passou a ser conhecido com o prefeito que deu o asfalto e não como o prefeito que realizou seus deveres constituídos.

Esta população, até mesmo por não ter as informações necessárias, não têm consciência que o poder público foi constituído justamente para realizar as benfeitorias urbanas necessárias à população.

Maricato (1996) aponta-nos que o poder público utiliza-se de obras públicas para formar seu eleitorado, ao fazer parecer que a implantação de melhorias urbanas seria um favor. E ela ainda destaca que no momento que esta dinâmica ocorre as pessoas perdem o direito à cidadania.

Esse tipo de atuação política não é uma exclusividade do poder público de Adamantina, mas pode ser observada em quase todas as cidades, só que devemos notar que, em cidades pequenas, este fato é intensificado devido às relações pessoais serem mais próximas. Assim, essa constatação reforça a necessidade de se pensar políticas públicas voltadas para pequenas cidades que encontram em seus espaços e territórios particularidades que lhe são muito peculiares.

Considerações finais

Nessas análises pudemos verificar vários fatos e observar práticas como: a falta de equipamentos e serviços urbanos no bairro, o papel do Poder Público Municipal no contexto, a dificuldade de acessibilidade e utilização por parte da população em relação aos espaços da cidade e a percepção de afastamento, isolamento e abandono do bairro em relação a cidade, por parte dos moradores.

Através das dinâmicas apontadas, pudemos perceber como os meios de consumo coletivos têm influência direta na vida das pessoas de baixo poder aquisitivo. Neste caso estudado, observamos que a falta deles atrelada à distância do bairro em relação às áreas dotadas dos equipamentos e serviços afeta diretamente as condições de vida das pessoas tornando-as segregadas. Entretanto, uma grande parte dos moradores mesmo sentindo que a falta dos meios de consumo coletivo está afetando suas condições de vida não fazem a ligação entre o problema e as políticas do Poder Público Municipal em relação a implantação e distribuição dos equipamentos e serviços na cidade.

Desta maneira, podemos dizer que a política de implantação e distribuição dos equipamentos e serviços públicos por parte do poder público não vem sendo realizada de forma a se considerar o compromisso social, mas promovendo um diferencial entre as áreas e fortalecendo a segregação socioespacial de dada parcela da população.

Percebemos que, no âmbito das políticas públicas de planejamento, o contexto territorial não está sendo levada em consideração, em contrapartida, as relações econômicas e políticas estão cada vez mais presentes nas tomadas de decisões, pois, tanto no momento da realização do loteamento, como em seu desmembramento, a situação

geográfica do Parque do Sol não foi levada em consideração. O que foi pensado foram facilidades para o incorporador imobiliário que, no caso, nem era de Adamantina e o jogo político do desmembramento que trouxe muito prestígio (votos) para o governo municipal da época.

O planejamento deve ser pensado espacialmente, pois é no território que estão assentadas as pessoas e, é somente através da leitura deste espacialização que se pode pensar em políticas públicas para amenizar as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A questão urbana**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Constituição federal, coletânea de legislação de direito ambiental/organizadora Odete Medauar, São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2002.

MARICATO, Ermínia, **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**, São Paulo, Hucitec, 1996.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**, São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados, nº 4, p. 71-86, 1996.